

A importância do texto filosófico nas aulas de Filosofia

Katia Cilene Santos

Mestre em Filosofia pela FFLCH-USP, professora de Filosofia no ensino médio

Resumo

Este artigo argumenta em favor do uso de textos extraídos de obras filosóficas originais com alunos de ensino médio. Apesar das críticas que esta proposta tem recebido, e sem ignorar as dificuldades que dela advêm, procura-se mostrar a necessidade de se ter como aspecto central das aulas a leitura e interpretação de fragmentos retirados de obras de filósofos.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Didática; Textos Filosóficos.

Abstract

This article argues for the use of texts from philosophical works with high school students. Despite criticism that the proposal has suffered, and without ignoring the difficulties it implies, it attempts to show the necessity of having as a central aspect of classroom reading and interpretation of fragments taken from the works of philosophers.

Keywords: Teaching philosophy; Teaching; Philosophical Texts.

Os docentes de Filosofia no ensino médio podem observar a importância, e também a dificuldade, de levar os alunos a elaborarem suas próprias ideias a respeito dos assuntos tratados em aula. Compreender e memorizar o pensamento de um filósofo torna-se um conhecimento estéril, se não refletirmos sobre o mundo a partir de suas ideias. Os alunos, nesse caso, apenas repetirão o que ouviram do professor, sem conseguirem dizer o que o conhecimento adquirido significa em relação ao mundo, à história, ao cotidiano, o que tem nele de verdade ou falsidade, se concordam ou discordam, numa palavra, será uma aquisição acrítica de informações. O esforço de inteligência das ideias filosóficas pode acrescentar algo ao espírito e transformar o modo de ver o mundo, quando o ensino de Filosofia não apenas abre perspectivas desconhecidas, mas também possibilita pensar por si mesmo e empreender tentativas de explicação dos problemas filosóficos. Assim, a partir de uma base conceitual provida no estudo da História e da tradição da Filosofia, é importante dar um segundo passo e provocar a reflexão pessoal dos alunos.

Desse modo, o objetivo precípua do ensino de Filosofia é o de pugnar contra a menoridade, no sentido formulado por Kant em “Resposta à pergunta: que é o Iluminismo?”. Nesse texto, o filósofo afirma que a menoridade é a “incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (1995, p. 11). Embora a fórmula possa parecer vaga, deve ser interpretada no sentido de dar aos alunos as condições para que apreendam verdadeiramente os objetos sobre os quais se debruçam, isto é, que seu intelecto seja posto em ação para estabelecer relações entre ideias e entre estas e o mundo, em vez de meramente decorarem blocos de informações prontas. Essa é a tarefa específica da Filosofia, segundo pensamos, por duas razões. Em primeiro lugar, porque, via de regra, as diferentes disciplinas apresentam o produto histórico da investigação de seus especialistas, sem muitas possibilidades de conceituação pessoal dos alunos. A Filosofia, por seu turno, na medida em que não tem uma formulação única, nem que seja definitivamente fixada, pode levar à

construção de reflexões sobre os próprios objetos e resultados das investigações, no sentido de conceituá-los e defini-los constantemente. Em segundo lugar, porque há problemas e discussões que são inesgotáveis por sua própria natureza e que são realizadas apenas na esfera da Filosofia, cujo valor para a humanidade é inquestionável. Como exemplos, podem-se citar a amizade, o amor, a liberdade, a religiosidade, entre outros. São questões que interessam a todas as pessoas e sobre as quais todos podem se posicionar.

As tentativas de elaboração conceitual dos alunos são imprescindíveis do ponto de vista pedagógico e cognitivo, porque a atividade e a invenção são características fundamentais do intelecto humano. Para explicar a realidade e para atuarem nela, os indivíduos utilizam representações dos diversos objetos, formadas por elementos constituintes do sujeito de conhecimento. De acordo com isso, é fundamental exercitar constantemente as faculdades intelectuais para que o aluno, por um lado, apreenda o mundo de maneira cada vez mais complexa e, de outro, aperfeiçoe sua capacidade de julgamento. Para tanto, é preciso promover atividades de pensamento que estimulem-no a formular pontos de vista individuais, de esboços de explicação e de intelecção da realidade em que se vive, bem como de problemas teóricos. É por meio de tal atividade que os alunos poderão alcançar autonomia para julgar os fatos e as ideias com base em um entendimento próprio e, conseqüentemente, para agir com consciência. O estímulo da autonomia é indispensável, sobretudo quando nossa sociedade exige, pelo menos no discurso, que os indivíduos sejam ativos e conscientes de seu papel para o bem comum. A escola, então, é o lugar em que os alunos devem exercitar o uso autônomo de sua capacidade de compreensão e intervenção na sociedade, o que só pode ser feito a contento se tiverem exercitado seu pensamento para que possam, em cada situação concreta de sua vida, tomar as melhores decisões para si e para os outros.

Uma vez que não apresenta ao aluno um saber finalizado, o ensino de Filosofia tem a possibilidade de formar o espírito não somente para

perceber, mas também para estabelecer nexos e ligações entre as idéias e entre estas e o mundo. Lidar com os conceitos da Filosofia e observar sua transformação histórica, sua capacidade de explicar e de dar sentido mundo é, desse modo, absolutamente indispensável para que o espírito se forme e se condicione a procurar respostas e explicações por si mesmo. Por conseguinte, se a educação não tem como finalidade apenas a transmissão do resultado a que chegaram as pesquisas dos especialistas das diversas disciplinas, embora isso seja importante, mas deve também buscar a formação de espíritos aptos à investigação, autônomos e críticos, então o ensino de Filosofia tem de ser pensado dessa forma. Entendida desse modo, a Filosofia tem de ser cultivada desde os primeiros anos de estudo, aproveitando a ausência de hábitos instalados e de ideias pré-concebidas, para estabelecer entre a criança e o mundo uma relação inquisitiva.

Nessa perspectiva, é pertinente a ideia de Jean-François Lyotard (1986) de que é preciso voltar à infância do espírito, começar novamente, desaprendendo o que se sabe, para iniciar um autodidatismo. Por autodidata Lyotard entende um espírito em permanente construção e reconstrução, para quem a leitura filosófica não deve transmitir um saber que ele adquire ou toma para si, mas configura um modo de ver o mundo, entendido como um entre vários. Por conseguinte, aos poucos o autodidata se dá conta de que a leitura jamais acaba, de que em cada texto ele recomeça, na medida em que cada filósofo monta seu edifício conceitual a partir dos alicerces. Paulatinamente, tornar-se-á familiar ao aluno a busca de respostas sempre mais aprimoradas para os problemas estudados, de tal modo que a Filosofia se lhe afigurará como um processo, uma atividade que demanda empenho e esforço intelectual.

Para essa concepção é importante considerar que a Filosofia se opõe à oposição ou divergência entre educação e instrução, pois vai além do formalismo técnico e da instrumentalidade, característicos de algumas propostas pedagógicas. Para Etienne Tassin, como totalização conceitual da cultura, a Filosofia deve promover a forma acabada de toda e qualquer

formação, embora não haja forma acabada dela mesma, isto é, nenhuma teoria que a esgote completamente. O valor formador da Filosofia é, para ele, exercitar a razão nas tentativas, ou seja, “aprender a filosofar é aprender a tentar os usos da razão, e não aprender os bons usos [...]” (1986, p. 8). Portanto, a Filosofia deve estimular a formação de autodidatas, pessoas capazes de ir além dos conteúdos escolares e de consagrarem-se à tarefa infinita de fazer tentativas de usos da razão. Em suma, tornar os espíritos capazes de usarem seu entendimento sem tutela, deixando-os em condições de pensar conceitualmente e de edificar uma explicação argumentativa para os objetos de seu interesse.

Desse modo, coloca-se a questão de saber como deve ser feita a construção da reflexão filosófica, isto é, como conseguir que os alunos a alcancem. É certo que, sem conhecer ideias e teorias presentes na tradição filosófica, falta a base para se pensar filosoficamente, pois a História da Filosofia está materializada nas obras dos grandes pensadores e nos impactos históricos que tiveram. Só se pode entender verdadeiramente o sentido de uma obra ou ideia filosófica quando se compreende seu lugar no desenvolvimento histórico dos problemas, de modo que o ensino de Filosofia não pode se reduzir à análise circunstancial de problemas atuais, como muitas vezes acontece. Naturalmente, a Filosofia se refere a problemas e questões que fazem parte, em menor ou maior grau, do mundo concreto. É preciso que os alunos percebam isso e, mais ainda, que façam uso da reflexão filosófica para compreender seu cotidiano. No entanto, a análise da realidade vivida pode ser feita de diversos ângulos e com diferentes profundidades, sem que se saia do senso comum e sem que a Filosofia compareça de nenhuma forma. Assim, a História da Filosofia é absolutamente necessária, pois de outro modo estaríamos descartando a identidade e a especificidade dessa disciplina e de seu ensino, correndo-se o risco de que os alunos não estudassem, de fato, Filosofia. O risco maior seria, não obstante, que as aulas de Filosofia não fornecessem aos alunos

uma das maiores contribuições à sua formação, qual seja, a possibilidade de apropriação da base conceitual da cultura ocidental.

É preciso ficar claro, não obstante, em que sentido estamos falando de estudo da História da Filosofia. Como afirma Jean Maugüé (1955, p. 646), o estudo da História não é recapitulação de uma lista de nomes ilustres, mas a retomada do contato com os grandes espíritos, as matrizes do pensamento, através da leitura dos clássicos. Isso quer dizer que não se trata de narrar a História da Filosofia para prover os alunos apenas de informações sobre o passado dela, mas sim de ensiná-los a ler um texto filosófico, prestando atenção à construção dos conceitos e da argumentação, e, num segundo momento, orientá-los na produção de escritos conceituais e argumentativos. Ao perceber o modo de articulação das ideias no texto, o aluno pode adentrar os fundamentos do que está sendo dito e exercitar seu pensamento quando é instado a julgar, a aceitar ou recusar, a criticar, a analisar, enfim, a adotar um posicionamento individual no tocante às questões tratadas. Assim, impõe-se a necessidade de que os textos sejam representativos na História da Filosofia, pois, para que o aluno seja capaz de ensaiar uma resposta ao problema com o seu entendimento, ele deve ter conhecimento de respostas já existentes, as quais serão, ao mesmo tempo, fomentadoras de sua reflexão e os “pontos fixos para que não se perca a rota” (1955, p. 646).

Com base em tudo o que foi dito, os textos autênticos de obras de filósofos devem ser o foco do trabalho em sala de aula. Um dos aspectos fundamentais das aulas de Filosofia será, desse modo, a análise e interpretação de textos filosóficos, como modo de subsidiar o aluno na formulação de seu próprio modo de ver as coisas. Em geral, sem o recurso a esses textos, as aulas tornam-se mera transmissão de ideias e de teorias de filósofos, tal como são entendidas por algum comentador ou o próprio professor. Os comentadores, os livros didáticos e as Histórias da Filosofia são interessantes quando utilizados como auxílios para preparação do aluno, para a contextualização histórica e conceitual acerca dos problemas abordados pelos filósofos e das soluções por eles pensadas. Os textos dos

filósofos serão, no entanto, o manancial de onde os alunos extrairão a matéria-prima de seu pensamento, aqueles com quem vão, primeiramente, dialogar.

É verdade que o exercício do pensamento, entendido desse modo, tem de superar vários obstáculos. Entre eles, está o de a Filosofia ser uma disciplina nova, da qual muitos alunos sequer ouviram falar, o que determina que seus conhecimentos anteriores sejam muito pobres ou inexistentes. Não é uma tarefa fácil promover todo um modo novo de ver e de pensar, quando os educandos não possuem nada a que associar ou a que relacionar os conteúdos e as atividades que lhes são propostos. Em vista disso, no ensino da Filosofia no nível médio torna-se necessário ao professor, ao mesmo tempo em que estimula o pensamento autônomo do aluno, suprir uma carência de conteúdos históricos e conceituais. Um outro obstáculo, de igual impacto, são os problemas e dificuldades trazidos pelos alunos em leitura, interpretação e produção de texto. Em função de tais problemas, é possível observar-se com frequência, na prática docente diária, que os jovens são capazes de compreender uma ideia, teoria ou argumento, quando expostos oralmente, mas no momento de apreender ou expressar a mesma ideia em um texto escrito, faltam-lhes o domínio vocabular e estratégias de leitura e de escrita.

Quando se pensa nas dificuldades que os alunos trazem à escola, isto é, nos problemas de cunho cognitivo, social ou mesmo histórico que se apresentam como obstáculos ao desenvolvimento de um efetivo processo de aprendizagem, é importante refletir-se que a educação é um processo e que é necessária a promoção de um aprofundamento progressivo dos conteúdos. Em relação ao nosso problema específico, isso significa que não esperamos que os alunos se tornem, *ex abrupto*, exímios leitores de obras filosóficas. Espera-se, na verdade, que os textos de filósofos sejam vistos por eles como o objeto do aprendizado de Filosofia, como fonte de ideias e de argumentos sobre questões importantes e interessantes. É claro que a utilização dos textos tem de ser introduzida paulatinamente e com graus de

aprofundamento crescente. Não é preciso que se esgotem as possibilidades de interpretação e de ampliação do conhecimento que se abrem no estudo de um texto filosófico determinado, nem que o aluno se aprofunde demais. Mesmo que, inicialmente, os textos filosóficos sejam tratados na superficialidade, os ganhos para o processo de ensino e aprendizagem serão consideráveis, na medida em que o aluno precisará adquirir informações históricas básicas sobre o filósofo em questão e que o esforço realizado será um importante exercício das suas faculdades cognitivas. É importante, no entanto, que o professor tenha clareza dos objetivos do trabalho com cada texto filosófico trazido à aula, que ele saiba exatamente onde quer e onde pode chegar com o aluno quando realiza a atividade.

Certamente, os textos filosóficos apresentam, muitas vezes, um grau elevado de dificuldade pela linguagem utilizada pelos pensadores, pela riqueza e variedade de vocabulário comum às obras filosóficas, pela ausência de conhecimento do contexto histórico, pela falta de clareza dos problemas em questão, e outras mais. Há ainda, alguns filósofos cujas obras são, mais do que outras, entendidas como de difícil compreensão, como Immanuel Kant, por exemplo. Mas há também textos filosóficos cuja leitura não é tão abstrusa, e que certamente podem ser discutidos com os alunos. Como exemplos, podemos citar a Alegoria da Caverna, de *A República*, de Platão, trechos das *Meditações Metafísicas* e do *Discurso do método*, de René Descartes. A dificuldade maior, nesse caso, não é tanto o uso dos textos com os alunos, mas sim a seleção dos excertos, a qual exige um conhecimento sólido e amplo de História da Filosofia. Não obstante, há no mercado alguns títulos que trazem fragmentos de obras filosóficas diversas, que podem ser aproveitados pelos professores.

Por fim, gostaríamos de nos posicionar em relação ao artigo de Marcelo Martins Barreira, “Ensino da Filosofia: uma leitura crítica da Filosofia subjacente às *Orientações Curriculares* do MEC”¹, publicado na

¹ BEZERRA, Marcelo Martins. Ensino da Filosofia: uma leitura crítica da Filosofia subjacente às *Orientações Curriculares* do MEC. In: *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 24, n. 47, p. 105-124, jan./jun. 2010.

revista Educação e Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia. No artigo, o autor se diz contrário ao uso de textos filosóficos com alunos do ensino médio, sobretudo por duas razões. Em primeiro lugar, porque, de acordo com ele, o aluno seria levado a uma precoce e inadequada especialização. Em segundo lugar, porque o ensino a partir de textos de filósofos não se coadunaria com a proposta institucional de educar para a cidadania e para a democracia. No tocante ao primeiro ponto, não há razões para se supor, nem o artigo as informa, que o uso de textos filosóficos levaria a uma especialização. Haveria mesmo que perguntar: especialização em quê? Se não há a indicação de um único filósofo ou uma única escola filosófica a ser abordada, nem um único gênero textual, dentro dos muitos existentes na Filosofia, para o trabalho em sala de aula, não existe um objeto específico de estudo que pudesse levar a uma especialização. Em relação ao segundo ponto, entendemos que a formação para a ética e para a cidadania está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Em virtude disso, o processo de ensino e aprendizagem de Filosofia não pode se reduzir à transmissão de conteúdos da tradição política, mas deve abranger os mais diversos campos de investigação. Em verdade, deve ser incluído tudo o que auxiliar o aluno a compreender os aspectos mais importantes da sua constituição como indivíduo e da cultura. Como afirma a *Declaração de Paris para a Filosofia* (UNESCO, 1995, p. 13-14),

[...] a educação filosófica, formando espíritos livres e reflexivos — capazes de resistir às diversas formas de propaganda, de fanatismo, de exclusão e de intolerância — contribui para a paz e prepara cada um a assumir suas responsabilidades face às grandes interrogações contemporâneas, notadamente no domínio da ética;

Julgamos que o desenvolvimento da reflexão filosófica, no ensino e na vida cultural, contribui de maneira importante para a formação de cidadãos, no exercício de sua capacidade de julgamento, elemento fundamental de toda democracia.

Referências

- FAVARETTO, C. Notas sobre o ensino de Filosofia. In: MUCHAIL, S. T. *A Filosofia e seu ensino*. São Paulo: Educ, 1995, p. 77-85.
- _____. Filosofia, ensino e cultura. In: KOHAN, E. O. (org.). *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A / CNPQ, 2004, p. 43-53.
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?. In: _____ *A paz perpétua e outros opúsculos*. Edições 70, Lisboa, 1995.
- MATOS, O. A Filosofia e suas discretas esperanças. In: CATANI, Denice B. et al. (Org.). *Docência, memória, gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 51-62.
- LYOTARD, Jean-François. *O curso filosófico*. In: DERRIDA, J et alii. *La greve des philosophes*, Osiris, Paris, 1986.
- MAUGÜÉ, Jean. O ensino de filosofia: suas diretrizes. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. V, fasc. IV, nº 20, 1955, p. 642-649.
- SILVA, Franklin Leopoldo. História da Filosofia: Centro ou referencial? In: NIELSEN NETO, Henrique. *Ensino da filosofia no 2º grau*. São Paulo: SEAF, 1986, p.154.
- TASSIN, Étienne. O valor formador da filosofia. In: DERRIDA, J. et alii. *La greve des philosophes*, Osiris, Paris, 1986.
- UNESCO. Declaração de Paris para a Filosofia. In: *Philosophie et Démocratie dans le Monde – une enquête de l'UNESCO*. Librairie Générale Française, 1995.